

Defensoria Pública leva caso da Vila Soma ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos



Por: Da Redação

A Defensoria Pública enviou, na última quinta-feira (17), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos um pedido de medidas contra a violação de direitos dos moradores da Vila Soma, de Sumaré. O documento aponta o risco de violação de diversos direitos das cerca de 10 mil pessoas que ocupam a área, como à vida, à integridade física, à propriedade, à

circulação e residência, à igualdade, à proteção judicial, entre outros, previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos. A reintegração de posse da área da Soma, que está ocupada desde junho de 2012, está marcada para acontecer nos dias 17 a 21 de janeiro de 2016.

A Defensoria solicita que sejam tomadas todas as medidas necessárias para preservar a vida, a dignidade e os bens dos moradores da Vila Soma, com a suspensão imediata de ordens de remoção forçada até que haja comprovação do devido planejamento adequado para sua execução; de número adequado de servidores públicos dos mais diversos setores envolvidos para acompanhamento e orientação dos moradores; e de que os proprietários do terreno tenham os meios adequados para cumprir a ordem, provando a contratação de caminhões para transporte dos bens e local adequado para depósito.

São citados no pedido diversos casos de reintegrações de posse que, segundo a Defensoria, foram realizadas com abuso de violência e sem uma adequada preparação, como a desocupação da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (Vale do Paraíba), caracterizada na petição como o maior evento de violação de direitos humanos na história recente do país.

O pedido se fundamenta no Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que em seu artigo 25 prevê a possibilidade de acionamento do órgão por meio de

medidas cautelares em casos de gravidade e urgência para prevenir danos irreparáveis.

Moção Polêmica

A aprovação de uma moção de apoio a ‘Uma Ocupação Pacífica da Ocupação Vila Soma’, apresentada pelo vereador Dr. Rui Macedo (PSDB), na sessão da última terça-feira (15), na Câmara Municipal, causou polêmica na cidade e vários sumareenses utilizaram as redes sociais para comentar a aprovação do documento.

Para justificar a moção, o vereador citou uma fala do governador Geraldo Alckmin (PSDB), feita durante um evento em que ele esteve recentemente na região de Campinas, de que estaria “trabalhando junto à Caixa Econômica para buscar uma solução rápida para resolver o problema e que a ocupação não teria data marcada para acontecer”. Dr. Rui também citou o desembargador do Estado de São Paulo, Marcelo Semer, que fez em um dos despachos referente ao processo da ocupação de que “é incumbência dos estados proteger ou melhorar as habitações e não destruí-las”, além de citar as defesas da Defensoria Pública.

A moção foi aprovada com 10 votos favoráveis e um contrário. O vereador Henrique Sciascio, o Henrique do Paraíso (SDD) foi o único da Casa a votar contra. Os outros nove vereadores deixaram a sessão para se absterem da votação.

Após a divulgação da aprovação da Moção, os sumareenses fizeram diversos posts nas redes sociais. “Que baixaria esses políticos de Sumaré!!!! Foi aprovado na sessão ordinária da Câmara uma moção de apoio à ocupação Vila Soma, de autoria do vereador Rui Macedo. Que vergonha. Aê políticos! Vai ter que ter peito pra pedir meu voto hein!”, esbravejou uma moradora.

“É pra acabar.... A primeira oportunidade que eu tiver pra ir embora desta cidade nojenta eu sumo daqui. Morei aqui minha vida inteira, meu sonho era que um dia a minha cidade pudesse voltar a ser o que era antes, mas depois desta notícia, só aumentou a minha vontade de abandonar este lixo”, revoltou-se outro internauta.

Com o aval de uma amiga. “Aplausos para **Henrique Stein Sciascio**, o único vereador a votar contra a Soma. E que palhaçada **Dr. Rui Macedo**. Vai achando que vai ser prefeito daqui... o povo cansou de ser burro”, postou uma moradora.

A ocupação também utilizou as redes sociais para comentar a aprovação da moção. “Parabéns aos vereadores que querem resolver o conflito de forma negociada e sem violência”, dizia uma das postagens.

Em uma nota de esclarecimento, Dr. Rui informou que “existe na cidade uma ação deliberada de distorção da verdade e que “os agentes desta infâmia são: o Poder Executivo Municipal, alguns grupos mantidos e orquestrados por ele, que utilizam

veículo de mídia submetido ao mesmo interesse”. “Quero reafirmar a todos vocês o meu compromisso de homem público, médico atuante com meus preceitos cristãos que devem orientar a nossa existência. Sobretudo o respeito ao próximo, a preservação da saúde e da vida humana, à atenção aos mais necessitados e a defesa da verdade”, justificou o vereador.